

PARECER JURÍDICO

REQUERENTE: CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIO, ESTADO DE MINAS GERAIS.

SOLICITANTE: PRESIDENTE DA CASA LEGISLATIVA.

ASSUNTO: Projeto de Lei 35/2025, de 30.09.2025, que “*Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2026/2029*”.

PARECERISTA: Luis Fernando Lara da Silva.

RELATÓRIO

Consulta-nos a requerente, através de sua Presidência, sobre a constitucionalidade, legalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei epigrafado, de autoria do Sr. Prefeito Municipal, que “*Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2026/2029*”.

Acompanhou o referido projeto os anexos exigidos pela legislação em vigor, em especial a Lei 4.320/64 (Lei das Finanças e Orçamento Público) e a Lei Complementar Federal 101/2001 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a fim de compatibilizar as três peças orçamentárias – PPA, LDO e Lei Orçamentária Anual –, em obediência aos Princípios da Universalidade e Unidade Orçamentária.

Em apertada síntese é o relato do necessário.

FUNDAMENTAÇÃO

A iniciativa da proposição é válida, pois à evidência só a lei, de autoria privativa do Sr. Prefeito Municipal, poderá dispor sobre o Plano Plurianual para o período de 2026/2029, tendo em vista as disposições contidas no art. 29, inciso VI, c/c os arts. 7º, incisos I e XIII, e 52, inciso I, todos da Lei Orgânica Municipal.

De outro lado, o presente projeto atende, também, os arts. 165 e seguintes da Constituição Federal, bem como o art. 76 da Lei Orgânica Municipal, além da Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar Federal 101/2000 – e a Lei Federal 4.320/64, uma vez que as três peças orçamentárias – PPA, LDO E LOA – necessitam estar sempre em sincronismo e compatíveis entre si. Como a lei de diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2026 já foi sancionada, encontrando-se nesta Casa Legislativa para estudos o projeto de lei que estima a receita e fixa a despesa do

Município de Cláudio, também para o exercício de 2026, é necessário e indispensável a aprovação do PPA, mantendo, assim, o sincronismo exigido, especialmente quando o PPA é uma peça válida para quatro (4) anos, ou seja: vigente a partir do segundo ano do mandato em curso com vigência até o primeiro ano da próxima legislatura.

Portanto, nos termos de toda a legislação aplicável à espécie – Constituição Federal, Lei Orgânica, Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei de Finanças Públicas e Regimento Interno desta Casa Legislativa –, o projeto de lei é legal e constitucional.

Assim, não há objeção quanto à sua constitucionalidade e legalidade. De outro lado, o projeto cumpre os requisitos exigidos na legislação em vigor, estando garantida a sua juridicidade.

Por fim, o projeto encontra-se redigido em boa técnica legislativa, respeitados inclusive os preceitos contidos na Lei Complementar 95, de 26.02.1998, atendendo aos requisitos legais necessários e indispensáveis exigidos, tanto pela legislação federal quanto municipal, estando apto à tramitação, discussão e deliberação pelo Plenário.

CONCLUSÃO

Assim, somos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 35/2025, estando apto à tramitação, discussão e deliberação Plenária.

Este é o parecer *sub censura* !

Cláudio (MG), 18 de dezembro de 2025.

**Luis Fernando Lara da Silva
OAB-MG 73.988
Assessoria Jurídica**